

O Arquivo Empresarial João de Freitas Martins

João de Freitas Martins Company Archive

*Joana Judite Gonçalves da Silva*¹

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade demonstrar o valor e a importância dos arquivos privados e como a intenção da preservação da memória está cada vez mais presente na nossa sociedade. Em jeito de estudo de caso, é abordado o Arquivo João de Freitas Martins, uma empresa ainda em atividade, com informação que abrange os séculos XIX e XX, e que está em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira.

Palavras-chave: Arquivo; Empresa; Família; Privado; Preservação.

Abstract

The present work aims to demonstrate the value and importance of private archives and how the intention of preserving memory is increasingly present in our society. As a case study, the João de Freitas Martins Archive is approached, a company still in activity, with information that covers the 19th and 20th centuries, and which is in deposit at Arquivo e Biblioteca da Madeira (Madeira Archives and Library).

Keywords: Archive; Business; Family; Private; Preservation.

O conceito tradicional da arquivística distingue-se, segundo a sua natureza, em duas características – público ou privada –, dependendo sempre da entidade produtora, que eventualmente poderá não ser a que acumulou a informação. Em jeito de comparação, um arquivo público é formado durante o funcionamento das

¹ Arquivista da Direção de Serviços de Comunicação e Acesso da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2007), mestre em História e Património – ramo de Arquivos Históricos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2009) e doutoranda em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: joanajuditesilva@gmail.com. Todas as fotografias são da autoria da autora.

atividades das instituições ligadas à administração pública, podendo ser de âmbito nacional, regional e municipal, e um arquivo privado abrange toda a informação produzida por instituições privadas e/ou acumuladas por indivíduos, famílias, empresas, etc., sendo que a produção de informação obedece a uma orgânica cujo valor e importância histórica estão cada vez mais vinculados na nossa sociedade.

Este conceito é bem visível na Lei de Bases do Património Cultural² de 8 de setembro de 2001, art. 80.º, que refere inclusive a integração de coleções factícias geradas por práticas antigas que fogem à orgânica natural de uma instituição. O art. 81.º demonstra as várias categorias de arquivos, já anteriormente nomeadas, e os arts. 82.º e 83.º expõem os critérios e formas de proteção do património arquivístico independentemente do suporte.

No decorrer do final do século XIX e do início do século XX, denotamos um maior interesse relativamente aos arquivos privados devido ao seu potencial informativo e isso formaliza o aparecimento de novas abordagens de pesquisa histórica.

Um dos princípios basilares para uma organização de um acervo documental é o respeito pela sua proveniência e ordem original, conceito amplamente divulgado na obra *Manual for the Arrangement and Description of Archives*³, de Samuel Müller, Johan Feith e Robert Fruin, deixando para segundo plano a pesquisa histórica, sendo que no caso dos arquivos privados consideram que estes são coleções artificiais por não serem dotados de vínculos orgânicos. Na obra *Estratégias de Classificação dos Arquivos Familiares e Pessoais Contemporâneos: O Exemplo do Arquivo da Família Benito Maças*⁴, o autor contrapõe esse conceito com outros autores mais recentes, demonstrando a evolução deste ideal atribuído ao conceito de arquivos privados/familiares, até chegarmos às nossas atuais orientações.

Dentro das várias tipologias de arquivos privados, os arquivos empresariais são sem dúvida dos mais pertinentes pois são peças cruciais para entender o desenvolvimento social e económico de uma sociedade, promovendo a partilha da experiência e conhecimento com as futuras gerações. A sua preservação permite-nos compreender o património de uma comunidade, documentar um passado coletivo, promover estudos académicos, aprender um pouco mais sobre a história local e analisá-la por diversos ângulos, inclusive efetuar estudos antropológicos e sociais,

² Decreto-Lei n.º 107 de 8 de Setembro, in *Diário da República*, n.º 209/2001 – I-A Série.

³ MÜLLER et al., 1940, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*.

⁴ LIMA, 2016, *Estratégias de Classificação dos Arquivos Familiares e Pessoais Contemporâneos: O Exemplo do Arquivo da Família Benito Maças*, pp. 29-33.

que tanto nos apoiam no melhor entendimento de uma sociedade que se altera e evolui, mas que muitas vezes mantém a antiga essência.

A especificidade da documentação varia entre os registos empresariais, os financeiros, os de produção, os de recursos humanos e os de vendas e *marketing*. No entanto, a grande maioria destas casas empresariais são iniciadas em família, e os arquivos produzidos são muitas vezes de foro familiar e pessoal, tornando-se mesmo o âmago de todo o arquivo empresarial. Não nos é possível conhecer a história de uma empresa, sem conhecer o arquivo de família que lhe deu origem.

Assim sendo pretende-se, através desta resenha, tentar demonstrar como uma nova consciência em relação à história empresarial portuguesa, neste caso específico a madeirense, é cada vez mais emergente num mundo em que a informação primária continua a ser os documentos de arquivo, até porque são estes registos documentais que formam o conjunto denominado património documental, e que segundo José Manuel Lopes Cordeiro⁵ «tem vindo a conquistar, progressivamente, o estatuto científico e académico que nos outros países já há muito lhe está reconhecido».

No artigo «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing»⁶, é referido que tanto Núñez Fernández⁷ como González Pedraza⁸, nos seus respetivos estudos, defendem que as iniciativas internacionais de salvaguarda de património arquivístico empresarial remontam ao início do século XX, como já havia sido referido acima, utilizando os exemplos das empresas alemãs Krupp, Siemens e Bayer, que instituíram arquivos centrais com esse objetivo, ou o exemplo do Reino Unido, onde, no ano de 1934, são criados os Business Archives Councils, que seriam instituições privadas que mais tarde dariam origem ao Council for the Preservation of Business Archives e ao National Register of Archives. Estas são instituições que efetuam um recenseamento de arquivos históricos de empresas no país, que a título de curiosidade, em 1985, contava com um total de mil arquivos de empresa recenseados. Ainda na Europa, a Suíça fundou um projeto interessante em 1910, em Basileia, o arquivo Schweizerischen Wirtschaftarchiv, cujo papel é a recolha de documentação proveniente das sociedades comerciais até ao século XVIII; os Países Baixos iniciaram os seus projetos de recuperação e preservação de fundos documentais ligados à história social, económica e comercial cerca de 1914; e em França, apesar de ter sido mais tardia,

⁵ CORDEIRO, 2001, «Arquivos de empresa e história empresarial», s. p.

⁶ MUÑOZ-CAÑAVATE *et al.*, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing», pp. 210-251.

⁷ NÚÑEZ FERNÁNDEZ, 2000, «Los archivos de empresa y el patrimonio documental industrial y mercantil como patrimonio cultural», pp. 99-128.

⁸ GONZÁLEZ PEDRAZA, 2010, «Los archivos de empresas: un estudio comparativo», pp. 31-57.

foi criada uma Direção de Arquivos do país, de uma maneira relativamente bem sucedida, de modo a salvaguardar a documentação histórica das empresas; é de referenciar ainda a iniciativa dinamarquesa de criar o National Danish Business Archives que, como indica o nome, dedica-se à aquisição voluntária de acervos empresariais desde o século XVI até o XX, com o objetivo de salvaguardar essa parte da história do país.

Mas estas iniciativas não se ficam por aqui. Em Itália, em 1971, a Fiat, com o apoio da administração pública, começa por instituir um estudo na área dos arquivos empresariais que depois teve continuidade ao inventariar a sua documentação e colocando-a ao dispor dos investigadores; seguindo este exemplo, várias empresas do sector bancário optaram por publicar os seus inventários já na década de 90.

Do outro lado do oceano, os Estados Unidos da América, país caracterizado pelo seu vanguardismo, aplica desde a década de 40 uma forte política de gestão documental nos arquivos públicos; e já anteriormente, na década de 20, temos a Business Historical Society, de Boston, em conjunto com a Universidade de Harvard e o MIT, a criar um núcleo para organização de acervos com ligação à sociedade de Boston, que se transforma depois na Baker Library, atualmente vinculada à Harvard Business School.

Ainda no continente americano, mas a sul, temos o exemplo do Brasil, que desde 1960 tem vindo a instituir leis de apoio e proteção dos arquivos, e que criou dentro do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) uma secção apelidada “Arquivos de Empresas Privatizadas ou em Processo de Privatização”, e nas últimas duas décadas tem demonstrado um crescente interesse e investimento, assim como publicado muitos estudos na área da arquivística.

No plano da salvaguarda de arquivos privados em Portugal, veremos que a primeira aparição de legislação que promove a conservação de documentação empresarial é no primeiro Código Comercial⁹, datado de 1888, em que o art.º 40 do «Título IV Da Escripuração» afirma que toda a correspondência, documentos contabilísticos e livros de escrituração deverão ser conservados por 20 anos. Este art.º, apesar da boa intenção, não contemplou a pretensão de preservar a informação, mas apenas intentou implementar boas práticas na atividade comercial, sendo que após 20 anos tudo era passível de ser eliminado. Quase um século depois esse mesmo prazo vê-se reduzido para metade, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 41 de 1972¹⁰, e por entre mais algumas mudanças no que toca a leis de proteção do

⁹ Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 aprovando o Código Comercial, in *Diário do Governo*, n.º 203.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 41/1972 de 4 de Fevereiro, in *Diário da República*, n.º 29/1972 – I Série.

património, é em 2001, com o Decreto-Lei n.º 107¹¹, que aparece um capítulo com diversos arts. dedicados à documentação arquivística e à sua valorização, tornando todos os arquivos públicos com mais de cem anos bens de interesse nacional. Obviamente, sobre toda esta temática revolvem muitas mudanças em termos de avaliação e seleção de documentos, a regulamentação aplicada, especialmente no que diz respeito à informação de recursos humanos, finanças e património, pois nas últimas três décadas denota-se uma célere evolução no que diz respeito à produção de informação e a como a devemos preservar.

Os documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinadas organizações, pessoas ou famílias constroem o registo da história e da memória humana, e são verdadeiros testemunhos intemporais e únicos na sua relação com o tempo e o espaço. Em 1986, no artigo «Os Arquivos Particulares e História da Madeira»¹², Alberto Vieira, referindo-se ao arquivo privado da firma Cossart Gordon e C.^a, afirma que «A matéria-prima com que lida o historiador, não obstante essa forte vinculação aos arquivos oficiais, não se traduz a essa documentação oficial, mas alarga-se a todo o tipo de documento e que assume a condição de fonte histórica»; seguindo o seu raciocínio, consolida-se a ideia de que a informação presente nos arquivos privados, juntamente com a informação dita oficial, transmite-nos uma realidade que se reporta a vários tipos de vivências, sejam elas de domínio público ou privado.

No artigo de Muñoz-Cañavate e demais autores¹³ é efetuado um estudo ao caso português no que concerne os arquivos empresariais, abordando essencialmente três tipos de iniciativas, jurídicas, institucionais e científicas e/ou associativas.

Tendo já abordado anteriormente as leis que foram estabelecendo a política de salvaguarda da memória coletiva dos acervos privados, faríamos apenas uma breve análise às outras linhas de estudo. No caso das iniciativas institucionais, Portugal ainda depende do apoio da Administração Pública e das suas diretrizes, seja com a inclusão desses arquivos nas suas instituições, seja apelando à disponibilização do acesso aos fundos documentais na posse de sociedades comerciais e assim sensibilizando empresários para a importância dessa ação. Obviamente trata-se de um trabalho a longo prazo e que, apesar das influências estrangeiras, tem demorado a atingir o seu propósito, necessitando sempre do apoio de um organismo público e de exemplos que vinguem. O lugar do arquivista numa empresa, independentemente do ramo

¹¹ Decreto-Lei n.º 41/1972 de 4 de Fevereiro, in *Diário da República*, n.º 29/1972 – I Série.

¹² VIEIRA, 1986-11-20, «Os Arquivos Particulares e História da Madeira», p. 14.

¹³ MUÑOZ-CAÑAVATE, MONTEIRO, FREITAS, BORGES, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing», pp. 210-251.

de ação, continua a ser algo utópico e considerado não essencial nas empresas portuguesas, e só mediante acontecimentos mais gravosos, como a aplicação de leis referentes aos tempos de manutenção de determinados registos, ou à eliminação de documentação sem a devida atenção e regras a que isso deve ser submetido, é que se procura ajuda, muitas vezes tardiamente. Não obstante, podemos verificar que na última década e meia tem havido cada vez mais iniciativas de proteção deste tipo de património e o público que procura conhecê-lo já não se restringe a estudiosos de determinada área, evoluindo para um público muito mais diversificado, o que significa que o conhecimento também se está a expandir.

No que concerne a iniciativas científicas e/ou associativas, Muñoz-Cañavate *et al.* abordam os vários pontos fracos e a necessidade de que seja criado um guia de arquivos de empresas para o país. A falta de sensibilidade das empresas em termos de gestão documental é uma das maiores problemáticas, e o risco de perda a que todos esses acervos empresariais são sujeitos é iminente.

De entre os exemplos apresentados, destacam-se os do setor bancário, como o Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos, cuja salvaguarda desta informação é uma forte aposta. A criação do Grupo de Trabalho de Arquivos Empresariais, que é responsável pela realização de encontros centrados nestes temas, é também uma mais valia para conseguir apelar à importância da preservação do património documental das empresas, assim como identificar os problemas inerentes.

Para este estudo em específico optou-se por abordar um arquivo privado, com uma conotação tanto empresarial como familiar, e que é de relevância para a história madeirense: o Arquivo João de Freitas Martins.

Trata-se de um acervo documental modesto, com cerca de 183 documentos, composto por 11 subfundos, que são na verdade as várias empresas que João de Freitas Martins fundou, maioritariamente na área dos transportes marítimos, e cujo documento mais antigo data de 1800 e contém informação que remete para o século XV.

Este trabalho iniciou-se quando o bisneto de João de Freitas Martins, João Welsh, quis organizar os papéis da empresa e verificou a importância dos documentos que ali estavam, iniciando assim o primeiro contacto para que me deslocasse ao local para averiguar o acervo. Quando nos deparamos com esta documentação, avaliámos o seu estado e propusemos uma cronologia de trabalhos com o objetivo de inventariar, descrever extensivamente, acomodá-la fisicamente da melhor maneira possível e efetuar um relatório e instrumento descritivo para melhor facilitar o acesso à informação. Em julho de 2015 deu-se início aos trabalhos acordados, sendo que os documentos não saíram em momento algum da empresa e, conforme iam sendo

descritos, eram acomodados. Foi mantida a organização em que se encontravam para tentar preservar alguma orgânica, visto que, segundo nos foi informado na altura, aquele acervo era o pouco que havia sido salvo e preservado ao longo dos anos e, por isso, estava guardado num cofre para evitar mais perdas, uma importante medida tomada pelo seu guardião, João Welsh; apesar de ser um acervo fácil de ser manuseado, ao verificar a documentação apercebemo-nos que este arquivo, apesar de ser conotado como empresarial, tem também muito de familiar.

Em termos de estado de conservação, os documentos encontravam-se em bom estado, tirando as eventuais dobras ou rasgos, e com necessidades baixas em termos de preservação.

O que este arquivo tem de modesto muda completamente ao avaliarmos a variedade tipológica da documentação. É um acervo complexo e heterogéneo, o que dificulta a elaboração de séries documentais.

Tabela n.º 1 – Tipologias documentais do Arquivo Empresarial João de Freitas Martins

Cadernos Manuscritos	Fotografias
Genealogia	Registos de Propriedade
Apólices	Minutas Notariais
Correspondência	Documentação Avulsa
Controle de Passageiros	Receita e Despesa
Contratos	Formulários
Plantas	Cartas de Nomeação
Recibos	Documentação Pessoal
Ações	Notificações
Documentação da Empresa JFM	Documentação da Empresa do Cabrestante
Documentação de Gestão	Atas
Letras	Livros de Razão
Livros Diário	Inventários
Livros de Caixa	Livros de Horas de Trabalho

A documentação notarial, englobando cerca de um quarto da documentação, é a mais representada, embora seja focada maioritariamente em assuntos de foro pessoal e não de gestão empresarial.

O sistema de cotas seguido foi relativamente simples. Atribuiu-se a sigla JFM – João de Freitas Martins – e, conforme foi-se descrevendo o acervo, foram atribuídos números sequenciais.

No final do trabalho, a documentação ficou dividida por oito caixas, sendo que os livros, por serem fora de formato, ficaram fora das mesmas.

Figura n.º 1 – Pormenor das caixas contendo os documentos do Arquivo João de Freitas Martins



Fonte: fotografia da autora.

João de Freitas Martins nasceu a 2 de fevereiro de 1863¹⁴, na freguesia de Nossa Senhora do Monte, filho de Pedro de Freitas Martins e Isabel de Freitas, e veio a falecer a 24 de julho de 1939¹⁵, com 76 anos. A sua morte e funeral foram amplamente relatados nos periódicos *Diário de Notícias*¹⁶ e *O Jornal*¹⁷, demonstrando a sua importância e o apreço que por ele tinham; teve direito a missa de corpo presente dirigida pelo prelado da diocese e marcha funerária até ao cemitério com várias entidades governamentais.

Vindo de uma família com muitos terrenos na zona da Ribeira de João Gomes, no Monte, segundo alguns documentos de arrendamento e dívidas em nome do seu pai e do seu avô, João de Freitas Martins cresceu num ambiente de negócios e desde muito novo decidiu enveredar por esse caminho. Atribui-se o ano de 1888 ao início da sua atividade como comerciante, sendo registada a sua firma como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada a 21 de junho de 1919¹⁸, por documento

¹⁴ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paroquiais, Paróquia do Monte, liv. 1571, ff. 6 e 6v.º.

¹⁵ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatórias do Registo Civil, Funchal, liv. 284, f. 425v.º.

¹⁶ *Diário de Notícias*: 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 1.

¹⁷ *O Jornal*: 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 4.

¹⁸ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 95.

de um notário em Lisboa, e depois registada como João de Freitas Martins, Limitada – Agência de Navegação, a 6 de dezembro de 1934, no Funchal. Apesar de esta ser a empresa que deu continuidade ao seu legado, João de Freitas Martins foi uma importante peça no crescimento da economia madeirense através da sua dinâmica no meio comercial, acabando por estender os seus negócios ao imobiliário, aos vinhos e aos bordados.

De entre os vários documentos do acervo documental desta empresa, destacam-se os da aquisição de um terreno de 400 metros quadrados na avenida do Mar a 10 de julho de 1946¹⁹ e a subsequente construção do edifício²⁰ onde se situam, até à data, os escritórios da João de Freitas Martins e outras empresas.

Foi sócio fundador de diversas empresas, maioritariamente ligadas aos transportes marítimos, como: a Empresa de Navegação de Cabotagem, proprietária da chalupa *Viajante*²¹, construída na vila de Machico em 1889; a Martins e Martins, que seria uma casa de comissões/consignações e conta própria, com sede em Lisboa na rua da Prata e com sucursal na cidade do Funchal; a Empresa Madeirense e Açoriana de Navegação, o que explica a existência de uma agência nos Açores da qual existe correspondência no arquivo histórico da empresa; a Companhia Madeirense e Açoriana de Navegação a Vapor, constituída por escritura a 18 de fevereiro de 1907²² e com dezenas de sócios, como por exemplo a Viscondessa de Monte Belo, o Visconde de Caçongo, Luís da Rocha Machado, entre muitos outros; a Companhia Madeirense de Navegação, constituída em 1917²³ e tendo entre os sócios o seu filho Ludgero, que também geriu a empresa mãe por um certo período de tempo, sendo o objetivo primário desta empresa a aquisição de vapores e navios para viagens de cabotagem; a Empresa Marítima, constituída em 1925²⁴ e cujo objeto social era a exploração do serviço de cabotagem com a chalupa *Viajante* ou outro barco que a empresa viesse a adquirir. Foi também sócio fundador da Martins e Martins²⁵, constituída por escritura a 26 de junho de 1893, no Funchal, e dissolvida a 5 de setembro de 1895, e que seria uma casa de comissões/consignações e conta própria, com sede em Lisboa na rua da Prata, n.º 279, 2.º andar, e com sucursal na cidade do Funchal na rua dos Murças, n.º 53.

¹⁹ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 43.

²⁰ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 93.

²¹ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 1.

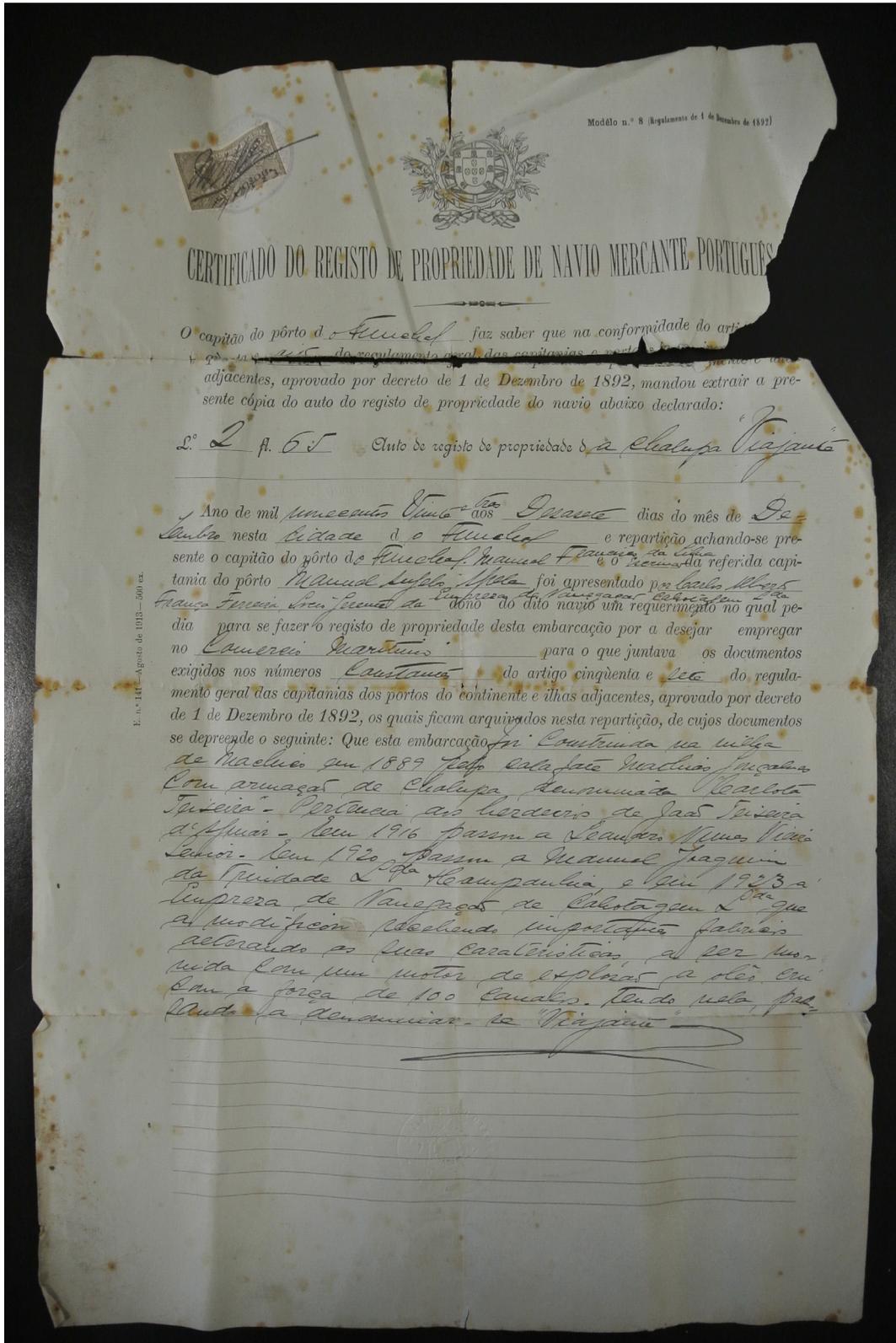
²² Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 13.

²³ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 97.

²⁴ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 98.

²⁵ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 96.

Figuras n.ºs 2.1 e 2.2 – Registo de propriedade da chalupa Viajante



certidão de medição desta embarcação consta ter sido medida, pela regra 2.^a
gem a seguinte: Tonelagem bruta expressa em metros cúbicos, 194,167
Tonelagem bruta expressa em toneladas, 68,07
Dedução dos espaços respectivos à tripulação expressa
em metros cúbicos, 17,47
Dedução dos espaços respectivos à tripulação expressa em toneladas,
5,18 (a) Tonelagem líquida
expressa em metros cúbicos, 145,280 Tonelagem líquida expressa
em toneladas, 51,30 Comprimento medido entre a face de
vante da roda de proa por baixo do gurupés e a face de ré do cadaste exterior, 27,5
Bôca máxima exterior, 5,70
Pontal da ponta de tonelagem a meio do comprimento do navio 7,86
Tem du mastros, um beque, popa retundada
tem um pavimento, borda falsa e a carena forrada d e metal
A sua construção é de Madeira
Achando-se portanto legalizada a aquisição desta embarcação, pelo modo acima expen-
dido, fica por isso desta data em diante com o número oficial « 851 » e a denominação
de Tráfago pertencendo única e exclusivamente a Sociedade
República de Nações Unidas Limitada
Residência no Funchal
E para constar se lavrou o presente auto, que é assinado pelo mesmo capitão do porto,
desta Cidade, e por mim Heitor da capitania Que e Heitor
e Heitor
(aa) O Capitão em Manuel Francisco da Silva - Capitão
Tenente - Heitor Manuel Augusto Spels
Observações - Comunicação para que se declare P.C.
Declaração assinada pelo capitão do porto - Sr. Tenente Heitor
Pagou pelo registro e certidão 6805
Verba n.^o _____

Está conforme.

Capitania do porto do Funchal, em 17 de Dezembro de 1947

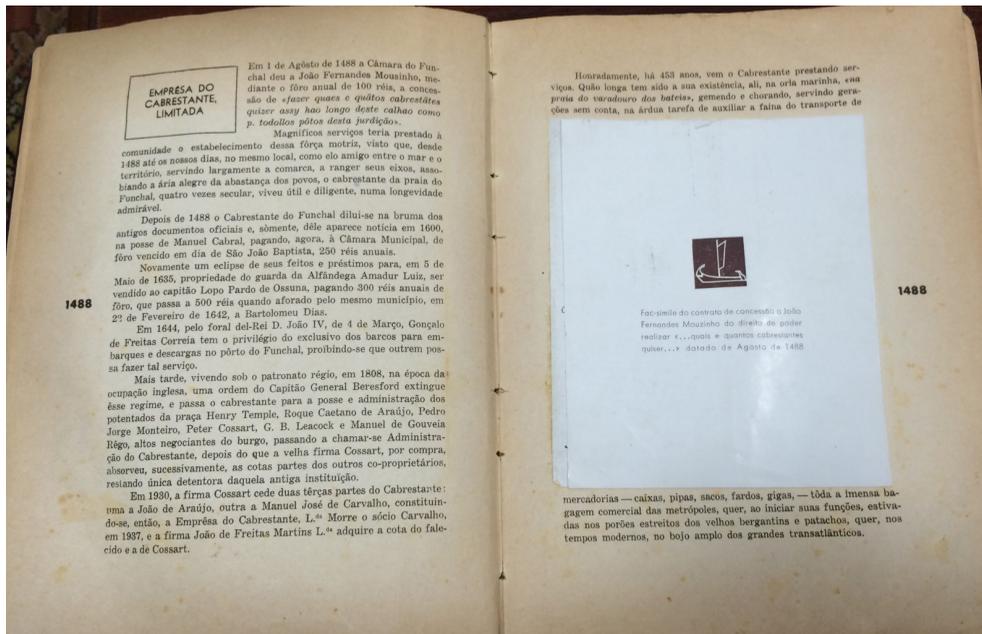
Manuel Augusto Spels

107 - IMPRENSA NACIONAL - 1918-1914

Fonte: fotografias da autora.

A 7 de outubro de 1937, João de Freitas Martins adquire à Cossart, Gordon & C.^a a sua cota da Empresa do Cabrestante e a cota pertencente a Manuel José de Carvalho, que havia falecido nesse mesmo ano, ficando então em posse de 90% da que era considerada como a mais antiga empresa de Portugal, distinção essa que fora atribuída em 1940, aquando das Comemorações Centenárias do Mundo Português. Em 1938 o Governo deliberou a constituição da Comissão Nacional dos Centenários pelo Decreto-lei n.º 29087²⁶ de 28 de outubro, para comemorar o Duplo Centenário (Fundação de Portugal e Restauração), com várias festividades culturais desde 2 de julho até 2 de dezembro, sendo que uma delas foi a iniciativa da Associação Comercial de Lisboa com o Acto de Consagração das Casas Centenárias do Comércio e da Indústria²⁷, no dia 30 de novembro, e que depois culminou com a publicação de um livro intitulado *Mais de Cem anos de Honestidade e Trabalho*²⁸, com pequenos históricos de várias empresas centenárias portuguesas, sendo a Empresa do Cabrestante a primeira a ser abordada ao longo de duas páginas, com uma reprodução fac-similada do contrato de concessão a João Fernandes Mouzinho do direito de poder construir cabrestantes e datado de agosto de 1488.

Figura n.º 3 – Páginas do livro *Mais de Cem anos de Honestidade e Trabalho* fazendo menção à Empresa do Cabrestante, Limitada como sendo a mais antiga de Portugal



Fonte: fotografia da autora.

²⁶ Decreto-Lei n.º 29087/1938 de 28 de Outubro, in *Diário do Governo*, n.º 250/1938 – I Série.

²⁷ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 119.

²⁸ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 176.

Uma outra empresa constituída por João de Freitas Martins, juntamente com outros quatro sócios, a 15 de julho de 1916, foi a empresa Freitas Martins, Caldeira e C.^a Lda., cujo objeto social girava em volta do comércio de vinhos e bordados, e que a 2 de setembro de 1960 foi vendida à empresa Madeira Wine Association Lda., por acordo unânime entre os sócios e João de Freitas Martins Júnior. Eventualmente, na década de 70, esta marca acabou por ser cessada em termos de produção pela atual Madeira Wine Company. É também de notar que a firma João de Freitas Martins teve igualmente uma quota na Madeira Wine Company já desde os primeiros anos da sua atividade.

Após o falecimento de João de Freitas Martins, os filhos Ludgero e João mantiveram-se na gerência das empresas e criaram outras duas sociedades, nomeadamente a Transportes Marítimos do Cabrestante e a Hovelmann, Saturnino e C.^a Lda.

Uma das diversas singularidades encontradas neste arquivo foi documentação da confraria de São Pedro Gonçalves Telmo, composta por um livro de receita e despesa datado de 1815 a 1892²⁹, um diário de receita e despesa de 1863³⁰ e um livro ilustrado à mão e com caligrafia francesa, com o título *São Pedro Gonçalves Telmo Arrais*, com a Ata Solene a São Pedro Gonçalves Telmo³¹, o *Padroeiro do Mar*, assinado por diversas individualidades como o Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, Fernando de Almeida Couto, João Camacho de Freitas e o próprio filho de João de Freitas Martins, Ludgero. Ainda sobre os livros da confraria de São Pedro Gonçalves Telmo, encontramos no acervo documental da Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal³² uma subsérie dedicada a essa mesma confraria, mas cujas datas extremas são posteriores a 1916 seguindo até 1945, sendo este um exemplo de como vários fundos documentais, provenientes de diversas instituições, públicas ou privadas, podem se complementar e promover uma nova visão sobre uma temática.

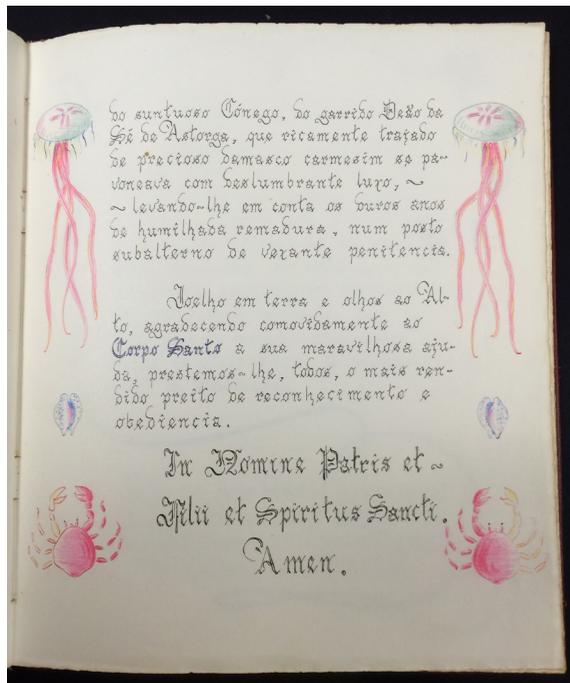
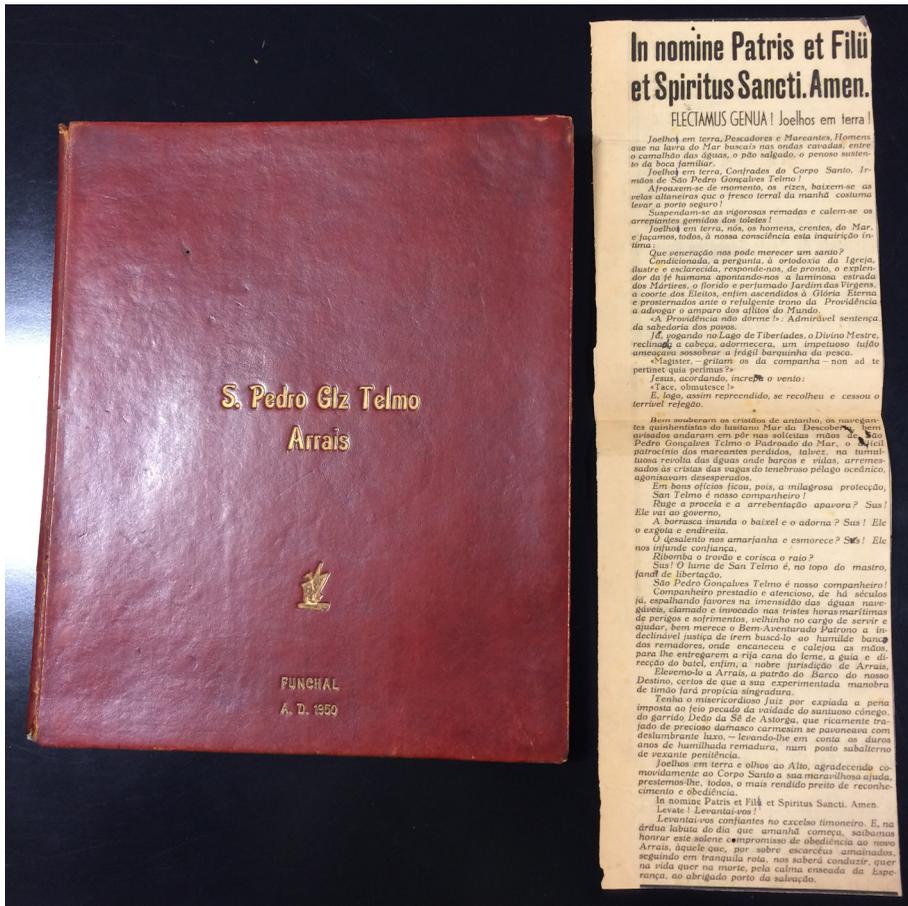
²⁹ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 38.

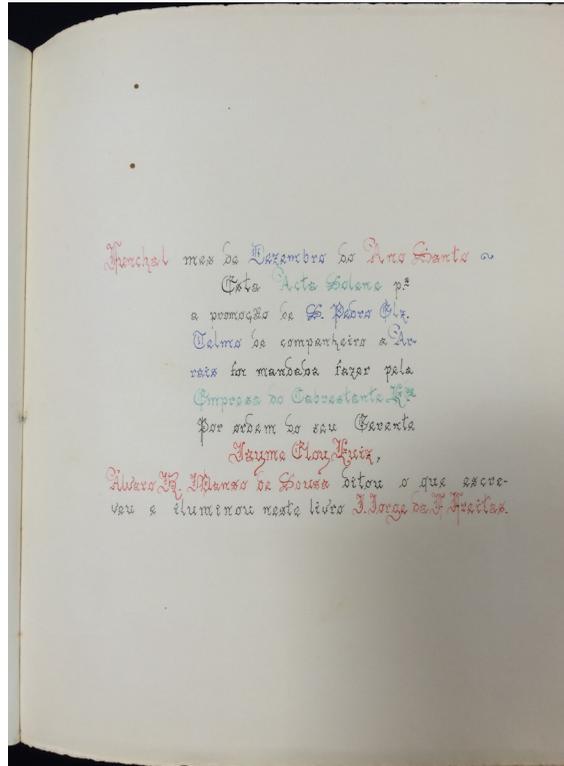
³⁰ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 39.

³¹ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 179.

³² Arquivo e Biblioteca da Madeira, Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Instrumento Descritivo 46.

Figuras n.ºs 4.1, 4.2 e 4.3 – Pormenores do livro *São Pedro Gonçalves Telmo Arrais*





Fonte: fotografias da autora.

A 8 de Julho de 2016 é dado um novo passo na história da preservação deste acervo documental, com a assinatura do contrato de depósito, pelo prazo de 50 anos, entre a empresa João de Freitas Martins, S.A., representada por João Welsh, e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, e a documentação é transferida para a sua nova morada – o que hoje é o Arquivo e Biblioteca da Madeira; a seu tempo, e após a conclusão de todos os procedimentos necessários, a documentação irá estar acessível ao público, tornando-a património da sociedade e o primeiro acervo documental empresarial e histórico a ser entregue enquanto a mesma ainda está no ativo. Findo o prazo acordado, os herdeiros do espólio poderão optar por renovar o depósito ou doá-lo.

Este é um acervo que nos auxilia a compreender a dinâmica económica e social da Ilha da Madeira. Se por um lado temos um grande manancial de minutas, escrituras, documentação de gestão financeira e contabilística e correspondência recebida e expedida, por outro temos um seu complemento, através de documentos pessoais dos seus gestores e familiares, tais como fotografias, passaportes, cartas de nomeação de cônsules honoríficos de diversos países (República Dominicana, Haiti, Itália, Grécia), e especialmente correspondência pessoal entre família, amigos e conhecidos.

Não obstante, a especificidade muito própria dos arquivos empresariais, no que diz respeito ao sigilo, à privacidade e à livre iniciativa na gestão empresarial, assim como o complexo diálogo entre os sectores privados e a administração pública, acaba por tornar o processo de entrega de acervos documentais de empresas – a instituições cujo objetivo passa por salvaguardar a memória de um povo, mas também por divulgá-la –, um pouco mais demorado e complexo. Torna-se imperativo demonstrar às empresas que só têm a ganhar com um tratamento de arquivo adequado a curto e longo prazo, mesmo que se trate de uma empresa relativamente recente, pois só assim conseguiremos preservar a nossa memória coletiva e contribuir um pouco mais para o enriquecimento cultural e histórico da comunidade.

A definição de uma política arquivística mais imponente e determinante é absolutamente essencial, e o atraso que se esconde atrás do argumento da ressalva e organização de fundos documentais de natureza empresarial, muitas vezes com o objetivo de assegurar que os “segredos do negócio” ou informações específicas não venham ao conhecimento do público, torna-se um pouco mais preocupante, visto que nas últimas décadas muitas empresas históricas têm desaparecido e, com isso, os seus acervos. Com a aplicação de determinados critérios e políticas estruturais de arquivística delineadas tanto para o público como para o privado, parte da nossa memória coletiva poderá ser preservada, e assim surgirão, conseqüentemente, mais descobertas e estudos.

É importante também realçar o importante papel que a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação tem vindo a desempenhar, com os seus Encontros de Arquivos Empresariais que já contam com sete edições, assim como as iniciativas da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), que contribuem para o conhecimento sobre a história económica e social, consolidando esta política de preservação da memória coletiva.

Em jeito de conclusão, os arquivos de empresa são conjuntos de documentos produzidos e recebidos ao longo da gestão das sociedades comerciais, documentos esses que seguem uma organização hierárquica e funcional dentro de uma política de gestão documental que poderá ser interpretada como um ciclo vital, e que, após o cumprimento do seu propósito, passam de ferramentas funcionais para ferramentas de investigação. Sendo as tipologias e as características das empresas variadas, os riscos de perda de informação, seja ela por destruição ou dispersão, aumentam de forma drástica.

No fundo empresarial João de Freitas Martins encontramos alguns desses exemplos, como a dispersão, devido à quantidade de empresas que o empresário detinha e os diversos escritórios espalhados pelo país, ou a destruição, pelas intempéries ocorridas ao longo dos anos, visto que alguns documentos apresentam

sinais de terem sido atingidos por água. Estas duas razões são por si próprias a justificação por termos um espólio documental que não chega a 200 documentos. Em todo o caso, a mentalidade em relação à salvaguarda da memória empresarial está a mudar aos poucos, sendo o exemplo do empresário João Welsh um importante passo neste caminho que se adivinha longo.

Fontes Citadas

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatórias do Registo Civil, Funchal, liv. 284.
Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 1, 13, 38, 39, 43, 93, 95, 96, 97, 98, 119, 176, 179.
Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paroquiais, Paróquia do Monte, liv. 1571.
Arquivo e Biblioteca da Madeira, Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Instrumento Descritivo 46.
Diário de Notícias: 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 1.
Jornal (O): 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 4.

Bibliografia Consultada

CARVALHO, Rita Almeida de, 2019, *Arquive-se – Uma viagem pelos arquivos nacionais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
CORDEIRO, José Manuel Lopes, 2001, «Arquivos de empresa e história empresarial», in *Encontro de Arquivos Empresariais – Arquivos Empresariais: instrumentos de gestão e património documental: novos desafios, novas soluções* [CD-ROM], Lisboa.
COSTA, Nuno Marques da (ed./coord.), 1940, *Mais de Cem anos de Honestidade e Trabalho*, Lisboa, Editorial Império.
COX, Richard J., 2009, *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*, Litwin Books.
GONZÁLEZ PEDRAZA, José Andrés, 2010, «Los archivos de empresas: un estudio comparativo», in *Revista Andaluza de Archivos*, n.º 2, pp. 31-57.
HILDESHEIMER, Françoise, 1990, *Les archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*, Paris, Edition Christian.
JARDIM, José Maria, 1987, «O Conceito e a Prática de Gestão de Documentos», in *Acervo*, n.º 2, vol. 2, pp. 35-42.

- LIMA, Luís Horta, 2016, *Estratégias de Classificação dos Arquivos Familiares e Pessoais Contemporâneos: O Exemplo do Arquivo da Família Benito Maçãs*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- MERLO, Franciele, KONRAD, Gláucia Vieira Ramos, 2015, «Documento, História e Memória: A importância da preservação do património documental para o acesso à informação», in *Informação & Informação*, vol. 20, n.º 1, pp. 26-42, disponível em https://www.researchgate.net/publication/281214081_Documento_historia_e_memoria_a_importancia_da_preservacao_do_patrimonio_documental_para_o_acesso_a_informacao, consultado em 2018-06-14.
- MULLER, Samuel, FEITH, Johan, FRUIN, Robert, 1940, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*, Nova Iorque, The H. W. Wilson Company, disponível em <https://archive.org/details/manualforarrange0000samu/page/n7/mode/2up>.
- MUÑOZ-CAÑAVATE, António, MONTEIRO, Maria Gracinda Barata, FREITAS, Maria Cristina Vieira de, BORGES, Maria Manuel, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing», in *Perspectivas em Ciências da Informação*, n.º 22, pp. 210-251.
- NUÑEZ FERNANDEZ, Eduardo, 2000, «Los archivos de empresa y el patrimonio documental industrial y mercantil como patrimonio cultural», in *Estudio básico sobre el patrimonio documental industrial asturiano: los archivos históricos industriales y mercantiles*, Gijón, INCUNA – Asociación de Arqueología Industrial, Ediciones Trea, pp. 99-128.
- OLIVEIRA, Emanuel Domingues, 1966, «A Arquivologia e os Arquivos de Empresas», in *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, n.º 3, vol. 3, pp. 94-100, disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/965/964>.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PESTANO, Juan Ramón Nunez, ROSA, Maria de Lurdes, ARMAS, Judit Gutiérrez de (coord.), 2020, *Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia*, La Laguna, Instituto de Estudios Canarios e Instituto de Estudios Medievais.
- QUINTANA, Miguel Rodríguez Díaz de, 1989, *Miller y Compañia: Cien años de Historia*, Las Palmas de Gran Canaria.
- RAVINA, Agustín Guimerá, 1989, *La Casa Hamilton – Una empresa británica em Canarias – 1837-1987*, Santa Cruz de Tenerife.

- RODRIGUES, Abel, 2018, «Os Arquivos pessoais e familiares em Portugal entre dois paradigmas: da teoria à prática», in *Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: Arquivos Privados de Pessoas e Famílias*, Vigo, Fundación Olga Gallego, pp. 31-50.
- SANTO, João Espírito, 2022, «O século XIX e a concepção tipológica das sociedades comerciais: uma centúria de progresso. Do *Code de commerce* (1807) à *Gesellschaft mit beschränkter Haftung Gesetz* (1892)», in *Revista de Direito Comercial*, pp. 671-781, disponível em https://www.academia.edu/76533716/O_s%C3%A9culo_XIX_e_a_conce%C3%A7%C3%A3o_tipol%C3%B3gica_das_sociedades_comerciais_uma_cent%C3%BAria_de_progresso_Do_Code_de_commerce_1807_%C3%A0_Gesellschaft_mit_beschr%C3%A4nkte_Haftung_Gesetz_1892_, consultado em 2022-07-07.
- TIECKER, Aline, 2010, *Arquivos Administrativos Empresariais: Um Estudo de Caso*, Monografia de Especialização em Gestão de Arquivos, Rio Grande do Sul, Brasil, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria.
- USSMAN, Ana Maria, 2004, *Empresas Familiares*, Lisboa, Edições Sílabo.
- VIEIRA, Alberto, 1986-11-20, «Os Arquivos Particulares e História da Madeira», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 14.
- VVAA, 1995, *Os Arquivos Insulares: Atlântico e Caraíbas – Actas da Sessão de Arquivos do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas*, Tenerife, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Legislação

- Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 aprovando o Código Comercial, in *Diário do Governo*, n.º 203, disponível em <https://dgpj.justica.gov.pt/Portals/31/CodComercial.pdf>.
- Decreto-Lei n.º 29087/1938 de 28 de Outubro, in *Diário do Governo*, n.º 250/1938 – I Série. Presidência do Conselho. Mantém a Comissão Nacional nomeada pelas portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938 e define as suas atribuições, pp. 1439-1441, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/29087-1938-351551>.
- Decreto-Lei n.º 41/1972 de 4 de Fevereiro, in *Diário da República*, n.º 29/1972 – I Série. Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro. Dá nova redação ao art.º 40.º do Código Comercial, p. 132, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/41-1972-398370>.

Decreto-Lei n.º 429/1977 de 15 de Outubro, in *Diário da República*, n.º 239/1977 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura. Estabelece normas relativas à salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas, pp. 2498-2498, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/429-1977-279380>.

Decreto-Lei n.º 107 de 8 de Setembro, in *Diário da República*, n.º 209/2001 – I-A Série. Assembleia da República. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, pp. 5808-5829, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>.